



Documentos Técnico - Científicos

NORDESTE: TENDÊNCIAS DE EMPREGO FORMAL E INFORMAL E INDICAÇÕES DE POLÍTICAS

João Policarpo Rodrigues Lima

*PhD em Economia pela Universidade de Londres (Inglaterra),
Professor do Programa de Mestrado e Doutorado em Economia da
Universidade Federal de Pernambuco (PIMES)*

Leonardo Guimarães Neto

*PhD em Economia pela Universidade de Campinas (UNICAMP)
e Professor do Departamento de Economia da
Universidade Federal da Paraíba (UFPB)*

Resumo: Mesmo crescendo nas últimas décadas, a economia do Nordeste tem revelado baixa capacidade de absorção de mão-de-obra, níveis insatisfatórios de remuneração e elevados índices de informalização. Estimando cenários de emprego, chega-se à conclusão de que, na hipótese mais otimista, haverá em 2000, 2010 e 2020, respectivamente, 5,8, 7,4 e 8,0 milhões de empregados em atividades informais. Um cenário desejável, de redução em 50,0% no nível de informalidade, situando o mercado de trabalho nordestino na situação atualmente existente no Sudeste, exigiria a criação em 2000, 2010 e 2020 de 2,9, 3,7 e 4,0 milhões de novos postos formais. Diante do desafio há que se mobilizar políticas que ampliem a base produtiva, apoiem a pequena produção, o turismo, a irrigação, etc., além de reestruturar a base fundiária e a infra-estrutura.

Palavras-chave: Economia Regional; Mercado de Trabalho; Mão-de-obra; Brasil-Região Nordeste.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho, originalmente inserido no relatório de pesquisa elaborado pelos autores para o Projeto Áridas (IICA/SEPLAN-PR)*, como parte do segmento Emprego, Pobreza e Exclusão Social, tem por principal objetivo chamar atenção para a magnitude do emprego informal no Nordeste e suas tendências evolutivas. Para isso, toma-se por base a elaboração de alguns cenários do mercado de trabalho não-organizado na Região, que apontam, *coeteris paribus*, para números bastante elevados do emprego informal no horizonte dos anos 2000, 2010 e 2020. Em função disso, torna-se de fundamental importância a adoção de políticas voltadas para o crescimento e, mais especificamente, preocupadas com a criação de novos postos de trabalho no mercado formal. Subentende-se nesse raciocínio, vale enfatizar, a compreensão de que o crescimento econômico, por si só, não assegura a criação de empregos formais na medida do necessário para reduzir, a patamares minimamente aceitáveis, o nível de informalidade do mercado de trabalho no Nordeste.

A primeira parte do artigo contém um exercício de elaboração de cenários de comportamento do mercado de trabalho no Nordeste para os anos 2000, 2010 e 2020. Aqui são elaborados dois cenários tendenciais, tendo em conta duas abordagens metodológicas, e um cenário desejável para o comportamento do mercado de trabalho regional. Posteriormente, são apresentadas algumas linhas de política que, julgamos, podem contribuir para a melhoria do quadro relativo ao emprego no Nordeste, ou seja, na direção do cenário desejado.

2 CENÁRIOS TENDENCIAIS E CENÁRIO DESEJÁVEL DO EMPREGO ORGANIZADO

2.1 CENÁRIOS TENDENCIAIS

Nas últimas décadas, vêm sendo observadas algumas transformações importantes na economia nordestina, associadas ao crescimento industrial e do setor terciário, principalmente, e ainda ao avanço do setor agropecuário,

* IICA: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura.
SEPLAN-PR: Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

embora aqui de forma mais localizada e em menor intensidade. Essas mudanças têm contribuído, vale ressaltar, para acentuar a heterogeneidade da sócio-economia nordestina. Na verdade, o que tem sido observada é a presença de áreas e setores exibindo evidências de dinamismo, mesmo numa conjuntura de crise econômica, coexistindo com outras áreas estagnadas, sem maiores perspectivas de mudanças, caso não ocorram intervenções reestruturadoras. De uma maneira geral, no entanto, apesar dos progressos, a base produtiva regional é ainda estreita e pouco integrada, o que termina refletindo na reduzida capacidade de absorção de mão-de-obra e nos reduzidos níveis de produtividade e remuneração da força de trabalho.

O mercado de trabalho nordestino vem passando por um processo de gradativo aumento do peso das atividades terciárias. Estas ocupam hoje o lugar que já foi do setor agropecuário, em termos de empregos gerados, e têm absorvido os excedentes que saem das áreas rurais, bem como os excedentes urbanos, o que se associa com a estreiteza da base produtiva da Região. Resulta daí uma crescente absorção de mão-de-obra em atividades ditas informais e uma enorme precariedade das relações de trabalho. Os baixos níveis de remuneração predominam e refletem bem o reduzido nível de produtividade da maioria dessas ocupações. De uma maneira geral, vale repetir, paira sobre toda a economia nordestina e o seu mercado de trabalho a marca da heterogeneidade, apreendida de várias maneiras, tanto na esfera produtiva quanto no mercado de trabalho.

Nos últimos anos, o setor agropecuário tem demonstrado o esgotamento de sua capacidade de geração de novos postos de trabalho, tendo mesmo reduzido, embora em números pouco expressivos, o total de sua População Economicamente Ativa (PEA). Por outro lado, o setor terciário, que tem sido o desaguadouro da mão-de-obra que não encontra ocupação em outras portas, tem, como foi dito acima, demonstrado um grau muito elevado de informalidade em suas ocupações. Esse elevado grau de informalidade não ocorre apenas no setor de serviços, estando todo o mercado de trabalho regional sujeito a relações heterogêneas, muitas vezes precárias, de baixa remuneração, etc. Alguns dados mostram melhor essas precariedades. Em 1990, no Nordeste, cerca de 25% das pessoas trabalhavam 40 horas semanais ou mais, com rendimento de trabalho inferior a 1,0 salário mínimo. Por outro lado, 53,3% dos empregados trabalhavam sem carteira de trabalho assinada e o rendimento médio mensal de trabalho das pessoas ocupadas era de 2,2 salários mínimos conforme dados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) de 1990.

Sendo assim, na determinação dos cenários tendenciais do mercado de trabalho do Nordeste, especial ênfase foi dada à questão da participação em atividades do setor não-organizado, ou informal.

A formulação do cenário tendencial teve que se ater a restrições impostas pela precária base de dados. Para tentar contornar esse problema vários procedimentos *ad hoc* tiveram que ser adotadas. Dos dados disponíveis e da maior preocupação com a questão do elevado grau de informalidade do mercado de trabalho, resultou uma estratégia de formulação do cenário tendencial que leva em conta a propensão de crescimento da PEA e do setor organizado, tomando-se a diferença entre esses dois como a estimativa da expansão quantitativa do setor informal. Isso, obviamente, considerando o comportamento observado nos últimos anos. Em outras palavras, concentramos esforços na tentativa de estimar o tamanho do setor não-organizado do mercado de trabalho do Nordeste, mais especificamente do setor não-agrícola informal ou organizado.

A exclusão do setor agrícola deve-se ao fato de estar o mesmo apresentando tendência de queda de sua PEA absoluta, mesmo que em ritmo reduzido, além da dificuldade de identificar em seu interior os dados definidores dos quantitativos das suas atividades formais e informais. A exclusão do setor agropecuário, porém, será considerada nas análises posteriores dos dados estimados, vez que a tendência indica que este setor continuará liberando mão-de-obra e, portanto, acrescentando alguns graus de dificuldade no panorama urbano do mercado de trabalho.

A seguir, descrevemos os procedimentos metodológicos usados para a estimação dos cenários. A primeira coisa a fazer foi estimar a PEA não-agrícola regional em 1991, ainda não divulgada pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (FIBGE). Para isso, partimos dos dados de população total recenseada em 1991 e, com base na taxa bruta de atividade (relação entre a PEA e a população total), observada em 1980 (32,05%), estimamos o tamanho da PEA total para aquele ano*. Em seguida, estimamos a PEA dos setores produtivos em 1991, a partir da estrutura de participação setorial na PEA total apresentada pela PNAD de 1989**, aplicando-se os percentuais respectivos à PEA total calculada, conforme descrito anteriormente.

* A taxa bruta de atividade tem-se mantido relativamente estável nas últimas décadas e isso permite esperar uma margem reduzida de erro nessa estimativa.

** Ou seja, 39,5% para o setor agropecuário, 16,0% para o industrial e 44,5% para o setor de serviços.

Com isso, foi possível completar a TABELA 1 e, a partir dela, a TABELA 2, que informam a evolução da PEA total e setorial entre 1960 e 1991, inclusive as taxas médias de crescimento anual*.

TABELA 1
Nordeste: PEA por Setores de Atividade 1980-91
Em 1.000 pessoas

Anos	SETORES			
	Primário	Secundário	Terciário	Total
1960	4.869,0	516,0	1.607,0	6.992,0
1970	5.023,4	836,8	2.022,5	7.882,0
1980	5.400,0	1.742,2	3.689,6	11.157,6
1991	5.366,0	2.173,6	6.045,3	13.585,0

FONTE: FIBGE. Censos Demográficos.

TABELA 2
Nordeste: Estimativa de Evolução da PEA e do Produto Interno Bruto (PIB)
segundo os Setores Econômicos (Taxa Média Anual) 1960-91

SETORES	PEA				PIB			
	1960	1970	1980	1960	1960	1970	1980	1960
	1970	1980	1991	1991	1970	1980	1991	1991
Primário	0,3	0,7	-0,1	0,3	2,6	3,4	1,8	2,5
Secundário	4,9	7,6	2,0	4,7	7,3	8,5	1,6	5,6
Terciário	2,3	6,2	4,6	4,4	5,7	10,1	4,1	6,5
Total	1,2	3,5	1,8	2,2	4,3	7,6	3,1	4,9

FONTE: FIBGE. Censos Demográficos; SUDENE/DPG/PSU. Dados Básicos (cálculo com base na média de três anos do PIB real em cada ano considerado).

* A não utilização dos dados da PNAD para estimar a evolução do emprego na década de 80 justifica-se por, em geral, as PNADs sobreestimarem, em relação aos censos, os totais da PEA.

O passo seguinte foi calcular a PEA do setor não agrícola e suas taxas médias de crescimento ao longo do período de 1960 a 1991 (TABELA 3), verificando-se a taxa de 3,8% ao ano para o período 1980-91.

TABELA 3
Nordeste: PEA do Setor Não-Agrícola e Taxa Média de Crescimento - 1960-91

Dados Absolutos (1.000 Pessoas)				Taxa Média de Crescimento(%)			
1960	1970	1980	1991 ⁽¹⁾	1960 1970	1970 1980	1980 1991	1960 1991
2.123	2.859	5.432	8.219	3,0	6,6	3,8	4,4

FONTE: FIBGE. Censos Demográficos.

⁽¹⁾ Estimativa de acordo com critério explicitado no texto.

Posteriormente, procuramos complementar nossa base de dados com as informações da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), que fornecem dados sobre a evolução do emprego no setor organizado por atividades econômicas que, assim, refletem o emprego não-agrícola do setor organizado. Aqui foi possível levantar uma série de dados para o período 1979-88 (TABELA 4). Analisando essa série, constatamos uma taxa média anual de crescimento de 3,5% ao ano. Esta taxa, contudo, está fortemente influenciada pelo crescimento desproporcionalmente elevado do emprego organizado no setor de administração pública, que chegou a 7,9% ao ano. Considerando que o setor público não deverá repetir esse desempenho para o futuro, em função dos seus evidentes problemas financeiros, e mesmo pelo relativo encolhimento por que vem passando, resolvemos subtrair o emprego do setor público, para calcular a taxa média anual de crescimento do emprego formal. Com isso, obtém-se a taxa média de 1,8% de crescimento para o emprego organizado, excluída a administração pública. Consideramos essa taxa como parâmetro para a estimação da tendência de crescimento do emprego organizado da Região, estimando, a partir dos dados de 1988, os seus quantitativos para os anos 2000, 2010 e 2020*. Com isso, foi possível construir o que chamamos de alternativa inferior de expansão do emprego do setor organizado.

* Está implícita, nesse caso, a suposição de que o emprego do setor público deverá crescer de acordo com a média dos demais setores, o que parece mais razoável do que aceitar a taxa média global de 3,5% ao ano como parâmetro.

Como a taxa de 1,8%, por sua vez, reflete o desempenho do emprego numa fase marcada por alguns anos recessivos e/ou de baixo crescimento (1981-83 e 1987-88), resolvemos adotar um outro parâmetro superior para extrapolação de tendências, mesmo considerando que no período 1979-88 a economia regional mostrou uma taxa média de crescimento do PIB de 4,5%. Assim, tomamos a taxa média de crescimento do emprego organizado do período 1984-88, que foi de 2,9% ao ano, para construir uma alternativa superior de crescimento do emprego formal. Nesse período, vale registrar, o PIB regional cresceu à taxa média de 5,5% (TABELA 5).

TABELA 4
Nordeste: Emprego⁽¹⁾ do Setor Organizado, por Atividades Econômicas
1979-88
(Em milhares)

ATIVIDADES	Anos (continua)				
	1979	1980	1981	1982	1983
Extrativa Mineral	23,1	26,0	26,1	24,1	23,3
Indústria Transformações	484,5	511,2	489,4	509,3	485,1
Prod. Min. N/Metal	41,7	43,5	39,5	39,5	31,6
Metalúrgica	35,4	37,9	30,8	32,2	27,6
Mecânica	17,1	16,9	17,4	15,8	13,2
Mat. Elét. & Cons.	10,4	10,2	8,8	9,6	8,1
Mat. Transporte	3,4	3,7	3,7	4,0	4,3
Madeira	16,3	16,9	15,0	14,1	12,4
Mobiliário	11,8	11,2	10,2	10,7	8,5
Papel & Papelão	7,7	8,4	9,4	9,3	9,1
Química	32,7	33,2	31,9	32,0	32,5
Mat. Plásticas	9,1	11,5	9,9	9,7	8,7
Têxtil	59,1	61,1	51,5	49,9	40,7
Vest. Calç. e Art.Tec.	46,9	47,2	47,6	52,6	47,7
Produtos Alimen.	130,8	143,9	149,2	160,3	168,3
Editorial & Gráfi.	12,7	12,2	12,0	12,7	13,1
Utilidade Pública	46,2	50,9	53,0	57,2	52,2
Construção Civil	296,9	291,4	311,6	287,3	194,5
Comércio	431,7	429,9	414,9	412,8	395,9
Serviços	748,4	785,5	796,9	809,5	784,7
Transportes	102,1	105,6	106,9	107,8	108,7
Comunicação	45,7	43,8	44,1	45,2	30,5
Aloj. & Aliment.	58,2	58,0	53,4	53,4	50,8
Pessoais	91,3	97,3	100,2	102,1	100,2
Comerciais	167,2	171,3	167,5	176,2	172,1
Entid. Financeir.	91,8	98,6	104,0	107,3	108,6
Adm. Pública	655,8	701,6	756,9	801,4	878,6
Total	2.739,6	2.870,5	2.931,3	2.999,3	2.972,4

TABELA 4
Nordeste: Emprego⁽¹⁾ do Setor Organizado, por Atividades Econômicas
1979-88

(Em milhares)

ATIVIDADES	Anos (conclusão)				
	1984	1985	1986	1987	1988
Extrativa Mineral	24,4	26,2	25,1	26,2	25,6
Indústria Transformações	502,4	546,0	606,1	606,9	615,8
Prod. Min. N/Metal	31,9	36,3	40,4	40,5	39,6
Metalúrgica	26,7	29,4	36,8	35,3	32,4
Mecânica	13,8	13,2	15,5	14,3	13,4
Mat. Elét. & Cons.	7,5	8,0	9,7	9,8	9,0
Mat. Transporte	4,6	4,8	5,2	4,9	5,0
Madeira	12,0	13,0	15,6	15,2	14,2
Mobiliário	8,1	9,2	10,9	10,2	9,6
Papel & Papelão	9,6	9,9	10,1	9,0	9,2
Química	34,1	37,0	38,2	39,6	39,8
Mat. Plásticas	9,2	9,0	11,7	12,2	11,8
Têxtil	44,6	50,2	57,6	60,2	58,5
Vest. Calç. e Art. Tec.	48,8	54,2	68,5	62,5	61,4
Produtos Alimen.	179,0	194,0	197,0	200,2	214,7
Editorial & Gráfi.	13,3	14,0	15,3	16,1	15,6
Utilidade Pública	52,4	56,3	59,2	60,0	63,0
Construção Civil	193,1	210,9	195,6	184,0	181,3
Comércio	390,5	406,3	434,2	427,4	410,8
Serviços	826,7	870,7	906,4	947,6	957,5
Transportes	112,1	118,3	128,0	143,6	133,0
Comunicação	38,4	38,3	39,0	38,0	39,0
Aloj. & Aliment.	47,3	50,2	56,4	57,9	54,1
Pessoais	100,9	105,2	112,9	123,5	132,7
Comerciais	185,8	200,4	205,5	211,8	212,4
Entid. Financeir.	120,6	127,4	118,7	119,4	118,0
Adm. Pública	961,7	1.075,2	1.186,8	1.247,8	1.306,8
Total	3.139,8	3.382,5	3.603,9	3.701,1	3.753,9

FONTE: MINISTÉRIO DO TRABALHO. RAIS/Painel Fixo.

(1) Em 31.12 de cada ano.

TABELA 5
Nordeste: Taxa Média de Crescimento do PIB do Emprego do Setor Organizado e da PEA Não-Agrícola - Períodos Seleccionados (%)

Períodos	PIB	PEA Não-Agrícola	Setor Organizado
1980-91	3,1	3,8	-
1979-88	4,5	-	1,8 ⁽¹⁾
1984-88	5,5	-	2,9 ⁽¹⁾

FONTE: SUDENE/DPG. Dados Básicos, 1994; FIBGE. Censos Demográficos; RAIS.

(1) Cálculo desconsiderou o emprego em Administração Pública.

Para estimar as tendências de crescimento do emprego informal, foi feita, inicialmente, a extrapolação do crescimento da PEA não-agrícola, com base na taxa de 3,8% ao ano verificada no período 1980-91; em seguida esses valores foram subtraídos das estimativas projetadas do emprego formal (nas duas hipóteses consideradas), obtendo-se, assim, os cenários de crescimento do emprego não-organizado da Região para os anos considerados, levando em conta as alternativas inferior e superior (TABELA 6).

TABELA 6
Nordeste: Cenários Tendenciais do Crescimento da PEA Não-Agrícola e do Setor Organizado - 2000, 2010, 2020
(Em 1.000 pessoas)

ANOS	PEA Não-agrícola	Setor Organizado		Setor Não-Organizado	
		Alt. Inf.	Alt. Sup.	Alt. Inf.	Alt. Sup.
2000	11.497	4.650	5.122	6.847	6.375
2010	16.694	5.558	6.816	11.136	9.878
2020	24.240	6.643	9.071	17.597	15.169

FONTE: Estimativas dos autores com base na RAIS e nos Censos Demográficos da FIBGE.

Observe-se, desde já, a divergência de taxas de crescimento do emprego organizado, ou seja, 1,8% a.a., ou 2,9% a.a. para uma média de crescimento econômico, não desprezível, de 5,5% a.a., em comparação com a tendência detectada para a PEA não-agrícola de 3,8%. Isso, vale destacar, já sugere que o crescimento econômico precisará ser mantido, por longos períodos, a taxas continuamente elevadas, para que possa, na ausência de intervenções específicas, absorver a expansão da PEA, criando novos postos de trabalho no setor formal.

Esse exercício de projeção foi estendido também para os estados. Para isso, novos procedimentos tiveram que ser adotados. O ponto de partida foi a população recenseada em 1991 em cada estado. Daí chega-se à PEA de cada um deles, aplicando-se a taxa bruta de atividade de 1980 (32,05%). Em seguida, calcula-se a PEA não-agrícola com base na participação desta em cada estado, nos dados da PNAD de 1989. O passo seguinte é o cálculo do emprego formal de cada estado, o que é feito aplicando-se à PEA não-agrícola o percentual de trabalhadores com carteira de trabalho assinada, ou melhor, subtraindo daquela a parcela dos sem carteira assinada, cujos percentuais por estado são os fornecidos pela PNAD de 1990. Obtidas a PEA não-agrícola e a estimativa do emprego formal, adota-se o mesmo procedimento já descrito anteriormente para extrapolar as suas tendências para os anos 2000, 2010 e 2020 (TABELAS 7, 8 e 9). Observe-se que esse método alternativo de estimar o emprego formal pode levar a estimativas um tanto inferiores em relação ao método anterior, porém de reduzida magnitude. Para o caso do Nordeste, por exemplo, chega-se a um número de 3.960 mil empregos do setor organizado, usando-se a base de dados da RAIS e extrapolando-a a 1,8% ao ano, para 1991. Partindo da PEA não-agrícola e subtraindo os 53,3% de trabalhadores sem carteira assinada, chega-se a 3.838 mil empregos formais, uma diferença de cerca de 120 mil empregos, que representam apenas 3,0% do número obtido a partir da RAIS*. Ou seja, as estimativas aqui desenvolvidas apresentam um grau bastante aceitável de aproximação, validando, portanto, a metodologia adotada**.

* Essa diferença poderia ser menor se tivéssemos acesso direto aos quantitativos da RAIS para 1991, que devem ser um pouco inferiores aos 3.960 mil, considerando que a recessão de 1990-91 e o encolhimento do Estado devem ter reduzido o crescimento anual do emprego formal para aquém dos 1,8% que foram considerados.

** Note-se que para o caso do Nordeste como um todo poderíamos ter chegado ao total do emprego organizado pelo 2º método. As informações da RAIS são, entretanto, importantes por permitirem a definição das taxas de crescimento do emprego formal com maior segurança.

TABELA 7
Estados do Nordeste: Cenários Tendenciais do Crescimento
da PEA Não-Agrícola
Setor Organizado - 2000

Estados	PEA Não-Agrícola	Setor Organizado		Setor Não-Organizado	
		Alt. Inf.	Alt. Sup.	Alt. Inf.	Alt. Sup.
MA	1.019,4	320,0	352,5	699,4	666,9
PI	595,9	173,5	191,2	422,4	404,7
CE	1.828,6	643,1	708,4	1.185,5	1.120,2
RN	756,3	334,5	368,4	421,8	387,9
PB	903,9	340,6	375,2	563,3	528,7
PE	2.243,8	1.001,9	1.103,6	1.241,9	1.140,2
AL	622,9	253,0	278,7	369,9	344,2
SE	406,8	185,4	204,2	221,4	202,6
BA	3.127,0	1.244,0	1.370,4	1.883,0	1.756,6

FONTE: Estimativas dos autores com base nos: Censos Demográficos da FIBGE e RAIS.

TABELA 8
Estados do Nordeste: Cenários Tendenciais do Crescimento
da PEA Não-Agrícola do Setor Organizado - 2010

Estados	PEA Não-Agrícola	Setor Organizado		Setor Não-Organizado	
		Alt. Inf.	Alt. Sup.	Alt. Inf.	Alt. Sup.
MA	1.480,2	382,5	469,2	1.097,7	1.011,0
PI	865,3	207,4	254,5	657,9	610,8
CE	2.655,2	768,7	942,8	886,5	1.712,4
RN	1.098,2	399,8	490,3	698,4	607,9
PB	1.312,5	407,1	499,4	905,4	813,1
PE	3.258,1	1.197,6	1.468,8	2.060,5	1.789,3
AL	904,5	302,4	370,9	602,1	533,6
SE	590,7	221,6	271,8	369,1	318,9
BA	4.540,5	1.486,9	1.823,9	3.053,6	2.716,6

FONTE: Estimativas dos autores com base nos: Censos Demográficos da FIBGE e RAIS.

TABELA 9
Estados do Nordeste: Cenários Tendenciais do Crescimento
da PEA Não-Agrícola do Setor Organizado - 2020

Estados	PEA Não-agrícola	Setor Organizado		Setor Não-Organizado	
		Alt. Inf.	Alt. Sup.	Alt. Inf.	Alt. Sup.
MA	2.149,3	457,2	624,5	1.692,1	1.524,8
PI	1.256,4	247,9	338,7	1.008,5	917,7
CE	3.855,4	918,8	1.254,9	2.936,6	2.600,5
RN	1.594,6	477,9	652,6	1.116,7	942,0
PB	1.905,8	486,6	664,7	1.419,2	1.241,1
PE	4.730,8	1.431,5	624,0	3.299,3	4.106,8
AL	1.313,4	361,5	493,7	951,9	819,7
SE	857,7	264,9	361,8	592,8	495,9
BA	6.592,9	1.777,3	2.427,7	4.815,6	4.165,2

FONTE: Estimativas dos autores com base nos: Censos Demográficos da FIBGE e RAIS.

Embora admitindo possíveis problemas no exercício de estimação acima, a ordem de grandeza dos dados obtidos mostra a dimensão do desafio que se coloca para o futuro no Nordeste, em termos de necessidade de expansão do emprego formal no setor não-agrícola.

Assim, mesmo levando em conta a alternativa superior, a que admite maior crescimento da PEA formal, os dados apontam para um número da ordem de 6,3 milhões de empregos no setor informal do Nordeste para o ano 2000, de 9,8 milhões em 2010 e de 15,1 milhões em 2020. Esses números poderão ser "engrossados" ainda mais se o setor agrícola continuar sua tendência de perda de população ativa, o que muito provavelmente ocorrerá, caso não haja mudanças reestruturadoras nas áreas de baixo dinamismo. Por outro lado, a tendência de expansão da PEA não-agrícola deverá ser arrefecida, nas próximas décadas, em vista da redução no crescimento populacional, já detectado na década de oitenta. Esse fato certamente mudará os quantitativos desse cenário, melhorando-o. Outras variáveis, contudo, poderão interferir no quadro. O crescimento do PIB é ainda muito difícil de ser previsto para as próximas décadas, a modernização tecnológica deverá prosseguir queimando ocupações, a taxa de atividade poderá se alterar, etc., o que

pode contrabalançar, pelo menos em parte, o ganho advindo da queda do crescimento populacional.

Mesmo ignorando outros possíveis fatores intervenientes, as variáveis mencionadas acima já dão idéia do grau de dificuldade, que é o estabelecimento de cenários tendenciais de emprego numa situação de incertezas acentuadas. Os números acima apresentados devem, portanto, ser encarados com reservas, pelas dificuldades iniciais da própria base de dados e pela complexidade de fatores intervenientes que poderão alterar significativamente o rumo futuro, principalmente a situação projetada para 2020. Esses cenários, no entanto, mesmo com suas limitações, dão idéia da ordem de grandeza da questão e da necessidade de ações que possam corrigir a rota aqui esboçada.

Um exercício alternativo de definição de cenários tendenciais pode ser feito a partir das estimativas de projeção de crescimento populacional do Nordeste, para os anos aqui considerados, feitas por Laura Wong (1994) como parte do segmento **Demografia**, do Grupo de Trabalho de Recursos Humanos do Projeto Áridas (TABELA 10). Nessas projeções são feitas estimativas que levam em conta uma redução significativa do crescimento populacional, o que, *coeteris paribus*, leva a resultados bem mais favoráveis. Para conseguirmos esses cenários, partimos da projeção de população total aplicando a taxa bruta de atividade de 32,05% para obtermos a PEA, conforme explicado anteriormente, e formulamos as hipóteses de que a PEA não-agrícola terá os pesos de 70% em 2000, 80% em 2010 e 90% em 2020; ou seja, estimamos que a PEA nordestina terá em 2020 um perfil semelhante ao que tem hoje a do Sudeste.

TABELA 10
Nordeste: Projeções de População Total, PEA e
PEA Não-Agrícola - 2000, 2010 e 2020
(Em 1.000 pessoas)

Anos	Pop. Total	PEA ⁽¹⁾	PEA Não-Agrícola ⁽²⁾
2000	48.821,4	15.647,1	10.953,0
2010	54.634,5	17.756,2	14.205,0
2020	59.270,5	18.996,2	17.097,0

FONTE: WONG, 1994, para os dados da população total.

(1) Calculando a partir de 1 considerando a taxa bruta de atividade de 32,05%.

(2) Estimada a partir de 2 considerando os pesos de 70% em 2000, 80% em 2010 e 90% em 2020.

Nesses cenários alternativos (TABELA 11), o quadro melhora bastante à medida que a queda de expansão populacional torna-se mais intensa. No caso do ano 2000, os dois cenários não diferem muito entre si; porém, muda bastante, para melhor, a projeção para 2020. Ou seja, caso essas projeções e hipóteses se confirmem, isso leva a enfatizar a importância de políticas específicas de emprego que tenham resultados mais imediatos para reverter a difícil situação prevista para 2000, já que depois, caso o crescimento econômico se mantenha, o quadro poderá ir se desanuviando de forma mais espontânea. Mesmo assim, deve-se levar em conta, porém, que o avanço tecnológico poupador de mão-de-obra e o possível crescimento da taxa de atividade com maior participação feminina na PEA poderão contrariar essas previsões, deixando um saldo menos otimista. Além disso, a recente abertura comercial, por seu turno, poderá contribuir para reduzir a expansão tendencial do emprego organizado, ao deslocar atividades menos competitivas na Região. Por enquanto parece ainda prematura, pela carência de dados, uma avaliação quantitativa desse efeito.

TABELA 11
Nordeste: Cenários Tendenciais do Crescimento
da PEA Não-Agrícola e do Setor Organizado - 2000, 2010, 1020
(Em 1.000 Pessoas)

ANOS	PEA Não-Agrícola	Setor Organizado		Setor Não-Organizado	
		Alt. Inf.	Alt. Sup.	Alt. Inf.	Alt. Sup.
2000	10.953,0	4.650	5.122	6.303	5.831
2010	14.205,0	5.558	6.816	8.647	7.389
2020	17.097,0	6.643	9.071	10.454	8.026

FONTE: Estimativas dos autores.

2.2 CENÁRIO DESEJÁVEL

Um cenário desejável, diante do panorama exposto acima, seria a compressão do emprego não-organizado a um número bem reduzido de, digamos, 20% do previsto, seguindo as tendências. Isso significaria, na hipótese mais favorável do primeiro cenário, criar algo como 5,1 milhões de

ocupações formais até o ano 2000, 7,9 milhões até 2010 ou 12,1 milhões até 2020, o que é uma tarefa absolutamente incomum. Um patamar mais realista talvez seja o de fixar como desejável a redução em 50% do tamanho do emprego informal. Para atingir esse objetivo será necessária, com base no primeiro cenário tendencial, a expansão em 3,1 milhões dos postos de trabalho formais em 2000, em 4,9 milhões em 2010 e em 7,6 milhões em 2020. O cenário de redução em 50% do emprego não-organizado em 2020, embora na prática implique numa quantitativa elevação de empregos formais, não parece utópico, mesmo que exija muitos esforços dirigidos para isso. Na verdade, essa meta, caso atingida, significa colocar o mercado de trabalho nordestino na situação atualmente existente no Sudeste, onde o percentual de empregados sem carteira de trabalho assinada é cerca de 50% inferior ao do Nordeste. Uma situação intermediária poderia ser almejada para 2010, quando se daria a situação média verificada hoje no Brasil. Isso exigiria uma redução do emprego informal em cerca de 35%. Essas comparações situam bem a atual precariedade de relações de trabalho no Nordeste e levam a crer que as metas são factíveis, e que talvez possam ser até modestas. O quadro de elevada informalidade vivido atualmente, porém, não nos anima a fixar metas mais arrojadas que, mesmo não sendo nada mirabolantes em outros contextos, podem ser de difícil obtenção no caso da Região.

Caso prevaleça o cenário tendencial alternativo de menor expansão demográfica, seriam necessários 2,9 milhões de novos postos formais em 2000, 3,7 milhões em 2010 e 4,0 milhões em 2020 para reduzir-se em 50% o peso do emprego do setor não-organizado. Esta é uma tarefa mais simples, mas que requer um grande esforço.

Cabe aqui ressaltar que essa meta poderá ser menos difícil de ser alcançada, caso a economia brasileira e, em consequência, a nordestina voltem a crescer a taxas médias pelo menos próximas de 5,0% ao ano. Com isso, o quadro poderá se tornar mais favorável, pois as tendências aqui estimadas partem de um tamanho um tanto maior do setor informal, por tomarem como base dados que refletem uma época de baixo crescimento, portanto inerente a um padrão de maior informalidade.

A retomada do crescimento a nível global é, assim, um passo importante para amenizar o cenário tendencial; porém, é por si só insuficiente para assegurar a obtenção do cenário desejado. Para isso, há que se definir políticas que não só dinamizem e potencializem o crescimento em certas áreas menos dinâmicas, mas também se preocupem explicitamente em apoiar seg-

mentos econômicos mais absorvedores de mão-de-obra, tendo ainda atenção diferenciada para com os estados e regiões onde o problema se afigura como mais grave.

3 PROPOSTAS DE POLÍTICAS DE EMPREGO

Como se observou nas seções anteriores deste trabalho, a situação do emprego no Nordeste é muito preocupante, em virtude dos níveis crônicos de desemprego e subemprego observados nas áreas rurais e urbanas. Se a este quadro adicionarmos os níveis de remuneração e as diferenças intra-regionais, em vários cortes, a situação do emprego passa a assumir tons ainda mais sombrios. Durante os anos recessivos, vale ressaltar, este quadro tornou-se mais dramático, pois reduziu-se a emigração, em vista da menor capacidade de absorção de mão-de-obra no Sudeste, tradicionalmente o maior destino dos fluxos migratórios nordestinos. Além disso, a maior ocorrência de secas na Região também contribuiu para tornar agudo um problema que já é crônico, como se sabe.

Destaque-se, pois, que a magnitude do problema do emprego informal, conforme visto, demanda atenção específica, que vai além da retomada continuada do crescimento econômico. Para isso, há que se perseguir uma estratégia de geração de novos empregos, sem que se possa esquecer que a redução do crescimento populacional, de forma espontânea ou mesmo induzida, poderá vir a desempenhar, como foi observado, um papel importante na redução do tamanho do setor informal na Região.

O desenho de políticas de emprego para o Nordeste deve, ainda, levar em consideração diferentes instâncias e ações diferenciadas, de acordo com sub-regiões e setores econômicos.

A seguir, são explicitadas algumas linhas de políticas que podem contribuir para o enfrentamento do problema.

3.1 AMPLIAÇÃO DA BASE PRODUTIVA

De uma maneira geral, deve-se partir da constatação de que a economia nordestina apresenta uma estrutura produtiva estreita, desproporcional ao tamanho de sua população. Assim, uma das preocupações básicas deve ser a busca da expansão e diversificação da base produtiva regional. Com isso, os

problemas do mercado de trabalho poderão ser amenizados ou mesmo significativamente reduzidos.

A economia nordestina exhibe hoje algumas áreas dinâmicas com potencialidade de diversificação que cabem ser reforçadas e exploradas. Por outro lado, a recuperação do crescimento econômico irá afetar também as áreas menos dinâmicas, criando condições para expansão do mercado regional e de novos investimentos. Paralelamente aos pólos maiores, têm surgido na Região algumas áreas dinâmicas de menor dimensão, localizadas em cidades de médio porte, que também precisam ser estimuladas, pois apresentam significativo potencial de absorção de força de trabalho em pequenas empresas em áreas urbanas. Nesse caso também se inserem algumas áreas em que se têm desenvolvido atividades agropecuárias com base técnica evoluída, mas ainda localizadas, como é o caso de algumas cidades do Agreste, cuja consolidação e expansão poderá contribuir com a criação de novos postos de trabalho.

Dentro da preocupação mais geral de potencializar o crescimento dos pólos dinâmicos, deve-se pensar em políticas nacionais regionalizadas que definam o papel dessas áreas em uma perspectiva nacional e que caracterizarão a retomada da expansão econômica. Ou seja, é preciso incluir cada região numa estratégia nacional de expansão do investimento, da renda e do emprego. Para isso, é importante, por exemplo, a regionalização dos investimentos das estatais, que assim poderiam contribuir para ampliar o grau de integração das atividades econômicas intra-regionalmente*. A recuperação e expansão da infra-estrutura econômica e social pode também ser pensada em termos nacionais e regionais, dando-se prioridades a dispêndios que contribuam para gerar mais renda e emprego em cada região, em seus efeitos diretos e indiretos. Assim, priorizar-se-ão, por exemplo, gastos ligados à agricultura moderna. Nessa estratégia mais geral, cabe ainda mencionar a necessidade de acoplar os instrumentos de política regional tipo Fundo de Investimento do Nordeste (FINOR) e Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) a essa linha de preocupação com a expansão da complementaridade da economia nordestina, dando-se prioridade a projetos que contribuam mais para o emprego de forma direta e indireta.

* Mesmo diante da possibilidade de privatização, as estatais remanescentes podem e devem ser dirigidas no sentido da redução das desigualdades regionais. Aliás, esta deve ser uma das razões para a permanência das estatais: instrumento de política econômica.

Pelo lado da integração intra-regional, a ação dos investimentos estatais pode e deve ser enfatizada no sentido de ampliar a interação das áreas dinâmicas entre si, através, por exemplo, da expansão da infra-estrutura e/ou pelos investimentos das estatais. Os cerrados, por exemplo, carecem de melhorias para o escoamento da produção, o que exige dispêndios na rede de transportes que permitem, por exemplo, a exportação de soja pelo Porto de Suape. Por sua vez, a instalação de mais uma refinaria da Petrobrás no Nordeste poderia ampliar, significativamente, o parque metal-mecânico das suas regiões metropolitanas, além de consolidar o eixo petroquímico regional, e assim por diante. Com isso, poder-se-ia ajudar a reverter a tendência ao isolamento ou menor dinamismo da porção ocidental do Nordeste.

Uma estratégia de expansão do emprego no Nordeste não pode, ademais, desconsiderar os problemas específicos de algumas sub-regiões de importância fundamental pelo volume de excedentes populacionais que comportam. São estas as áreas menos afetadas pelo processo de modernização e diversificação da economia regional, ou seja, o Semi-árido e a Zona da Mata. Aqui há alguns gargalos evidentes que precisam ser enfrentados com reformas estruturais (ver 3.3). Estas dariam condições para a expansão e sustentabilidade de suas atividades produtivas, de forma a absorver mais e melhor os bolsões de população excedente.

3.2 AÇÕES COMPLEMENTARES E O TURISMO

Uma outra linha de preocupação a ser considerada deve ser a chamada ação compensatória - o apoio a atividades rurais e urbanas da chamada pequena produção (ou produção informal) - que, embora precária em termos de relações de trabalho, níveis de renda etc., consegue gerar um grande número de ocupações. Além disso, é preciso incluir também numa proposta voltada para a geração de novos postos de trabalho, a participação do Estado em investimentos infra-estruturais que, enquanto ampliando a oferta comprovadamente insuficiente de certos bens e serviços, atuam também como importante fonte geradora de postos de trabalho.

As grandes linhas de políticas mencionadas acima apresentam complementariedades e envolvem aspectos mais específicos que comentaremos a seguir. Entretanto, cabe deixar claro que, ao lado dessas linhas de ação, devem fazer parte da estratégia imprescindíveis mudanças institucionais. Entre estas pode-se citar, por exemplo, a redução de encargos trabalhistas de

setores mais demandadores de mão-de-obra*: a redução de exigências burocráticas para a constituição de pequenas empresas; a ampliação de âmbito de cobertura da legislação trabalhista; a difusão de programas de qualificação e reciclagem de mão-de-obra; o fortalecimento de estruturas que apoiem a assistência técnico-gerencial a pequenas e microempresas; a disseminação de esquemas que ajudem a ampliar, a nível nacional e internacional, o mercado destas empresas, articulando redes de comercialização, promoção de produtos, etc. O estabelecimento de linhas específicas de crédito para o conjunto de pequenas e microempresas, que sejam mais ágeis e menos exigentes em termos de garantias requeridas, é outra pré-condição para que se possa ter sucesso nessa estratégia de geração de emprego.

Uma linha de política a destacar, inserida nessa ótica de reforço a pólos dinâmicos, é o fortalecimento do turismo. O Nordeste, em sua faixa costeira, tem potencialidades de expandir bastante o seu patamar de renda e de empregos produtivos, com a ampliação do papel do turismo. Uma estratégia de reforço ao turismo deve ser articulada com as várias atividades paralelas que podem ser por ele dinamizadas e que têm uma elevada capacidade de geração de empregos diretos e indiretos. Para magnificar esse potencial de criação de ocupações, é preciso enfatizar o apoio ao turismo em vários níveis, incluindo o fomento para pousadas e pequenos hotéis, a sua articulação com o artesanato, comércio, confecções, transportes, agentes de viagens, diversões, bares, restaurantes, etc. Além disso, cabe também o desenvolvimento de ações que contribuam para interiorizar o turismo em certas áreas que apresentam atrativos paisagísticos, microclimáticos, etc. A expansão da infra-estrutura, física, empresarial, cultural, etc., é indispensável para a expansão e diversificação do turismo em seus diferentes segmentos.

3.3 REESTRUTURAÇÃO FUNDIÁRIA E DIVERSIFICAÇÃO ECONÔMICA

No caso das áreas de baixo dinamismo no Nordeste, o Semi-árido e a Zona da Mata, deve-se pensar na imprescindível reestruturação fundiária, associando-a com o uso mais produtivo dos recursos disponíveis, ou seja, com a modernização e a diversificação.

* Essa mudança pode se dar pela adoção do valor adicionado e da contribuição do capital ao produto, como base para a incidência dos encargos sociais, ao invés do atual uso da folha salarial. (DIAS, PEDROSA, 1994.)⁽⁵⁾

No Semi-árido, a reestruturação fundiária deve estar acompanhada da expansão da irrigação e/ou da adoção de atividades e práticas que assegurem uma maior resistência às adversidades climáticas. A irrigação deve merecer atenção especial não só pelos resultados já comprovados sobre a renda e o emprego, mas também por haver ainda uma área de cerca de 1,0 milhão de hectares que pode vir a ser irrigada com recursos hídricos locais, incluindo-se aí os já armazenados ou por armazenar (CARVALHO, 1989)⁽³⁾. Para reforçar as chances de êxito da irrigação, bem como da criação de empregos, deve-se pensar na expansão das agroindústrias que, assim, se acoplarão ao esquema, ampliando a integração e dinamizando outros empregos indiretos a nível urbano*.

Ainda nessa linha, deve-se pensar também no apoio à pequena mineração, que pode atuar como uma importante fonte de absorção de mão-de-obra, de forma complementar às atividades agrícolas. A mineração, no caso, ocuparia a mão-de-obra nas fases secas do ano, exatamente aquelas em que a agricultura encontra-se na entressafra (SICSU, LIMA, 1994)⁽¹¹⁾. Neste caso deve-se ter cuidado para que a atividade mineradora seja desenvolvida dentro de bases técnicas e critérios que poupem o meio ambiente de maiores agressões, assegurando-se assim a sua sustentabilidade a médio e longo prazos.

Na Zona da Mata, a questão fundiária apresenta-se também com contornos que tornam indispensável uma reforma agrária, para que a área possa melhor exercitar suas potencialidades produtivas. No caso, a reforma agrária deverá estar articulada com um programa de diversificação produtiva que contemple novas culturas e novas agroindústrias, mas também a diversificação e reestruturação da própria atividade canavieira. Apenas no caso de Pernambuco, estima-se que cerca de 150.000 hectares hoje cultivados com cana devam ser redirecionados para outras culturas, enquanto a atividade

* Considerando as estimativas mais conservadoras de geração de emprego na irrigação, de 28 a 38 empregos para cada 100 hectares (SOUZA, 1990)⁽¹²⁾ e tomando a média desse intervalo como parâmetro, poderiam ser gerados cerca de 330.000 empregos com o acréscimo de 1,0 milhão de hectares à área irrigada do Semi-árido. Esse valor poderá crescer, de acordo com a composição da produção e com a intensidade de uso da terra, para 500 mil empregos diretos (CARVALHO, 1989)⁽³⁾. Observe-se que ROMÃO (1993)⁽¹⁰⁾, considerando, de forma talvez otimista, os coeficientes de 0,7 empregos por hectare nos perímetros privados e de 0,5 nos perímetros públicos e tomando o coeficiente médio de utilização da terra de 1,3, estima em 647 mil os empregos diretos gerados com a irrigação de 1.054 mil hectares adicionais. Afora os empregos diretos, deve-se ter em mente que é elevado o potencial de geração de empregos indiretos por parte da irrigação a nível local, mesmo que parte dos seus efeitos indiretos repercutam sobre o emprego em outras áreas. A urbanização e o crescimento de Petrolina demonstram de forma eloquente os encadeamentos indiretos da irrigação.

canavieira terá que se reestruturar de forma a crescer sua produtividade, profissionalizando a gestão administrativa.

A crise de endividamento que afeta um número significativo de usinas e destilarias (cerca de 1/3 dessas empresas, em Pernambuco) possibilita, por um lado, uma menor resistência por parte das mesmas à reforma agrária e, por outro, abre a possibilidade de que as dívidas sejam negociadas em troca de terras. Com isso, poder-se-ia evoluir para um programa de reforma agrária aliado à diversificação para outras culturas como banana, acerola, seringueira, cacau, coco, etc., ao lado da pecuária confinada integrada às usinas, da avicultura, etc. Essas são atividades que já ocupam um espaço expressivo na área e que podem ter seu crescimento apoiado por linhas de crédito e pela atração de agroindústrias. Dessa forma, ao lado de um programa de apoio a pequenas e microempresas urbanas na área de móveis, calçados, confecções, turismo, etc., poder-se-á ampliar de forma expressiva a sustentabilidade da economia da Zona da Mata e, conseqüentemente, sua capacidade de oferecer postos de trabalho.

O apoio às pequenas e médias empresas, rurais e urbanas, aliás, é uma estratégia que não deve ficar restrita apenas ao Semi-árido e à Zona da Mata. Em face das potencialidades de geração de empregos desse segmento e das dificuldades de seu acesso às linhas normais de crédito, pelas exigências a estas inerentes, faz-se necessária a definição de linhas especiais de crédito, bem como o apoio à absorção de novos métodos gerenciais e à assistência técnica. Um programa desse tipo deve, assim, ser desenvolvido em todo o Nordeste, talvez com ênfase nas regiões mais vulneráveis, o Semi-árido e a Zona da Mata, e contribuiria bastante para expandir a renda e criar novos empregos.

3.4 INFRA-ESTRUTURA E OBRAS PÚBLICAS

Além das ações acima propostas, uma outra linha estratégica é a adequação do programa de obras públicas à necessidade de magnificar a geração de empregos, direta e indiretamente. Para isso, é importante a manutenção no orçamento das várias esferas governamentais de recursos que financiem os programas emergenciais, cuidando para que os mesmos sejam aplicados em obras com maior impacto econômico e social, à base de um planejamento de médio e longo prazo. Assim, aos poucos iria sendo expandida a infraestrutura em setores vicinais, eletrificação, armazenamento, telecomunicações, açudes, sistemas de irrigação, habitação, educação e saúde. Esses gas-

tos podem absorver um grande contingente de trabalhadores de baixa qualificação e ao mesmo tempo expandir a infra-estrutura básica indispensável ao desenvolvimento das atividades produtivas, de forma mais competitiva, e da melhoria dos padrões de qualidade de vida. Uma forma de priorizar espacialmente esses investimentos, dado que essas carências são mais ou menos generalizadas, seria associá-los às áreas em que forem implantados projetos de assentamento de colonos, em função da reforma agrária.

3.5 ASPECTOS INSTITUCIONAIS

As linhas de política esboçadas acima devem ser complementadas com criação de condições para o avanço das relações de trabalho e para a maior abrangência e efetividade da legislação trabalhista. Isso contribuiria na direção da melhoria dos níveis salariais, e ao lado do estímulo à ação dos sindicatos de trabalhadores. Ao mesmo tempo, são muito importantes ações voltadas ao treinamento e qualificação profissional, além das ligadas à reciclagem, para se criarem condições de expansão dos níveis salariais.

Para custear a proposta acima, pode-se pensar na mobilização de fundos já existentes, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), Programa de Integração Social (PIS), Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), FNE, FINOR e outros. Para isso, será preciso alterar seus atuais padrões de gestão. Em especial, o FNE e o FINOR precisam ser mobilizados para a ampliação e integração da base produtiva, priorizando a complementaridade da estrutura econômica da Região, também apoiando empresas de menor porte. Além disso, faz-se necessário o atrelamento daqueles fundos ao financiamento de atividades infra-estruturais associadas a projetos privados de investimentos, bem como em programas de treinamento e qualificação de mão-de-obra através de entidades ligadas a empresas, mas também àquelas geridas por trabalhadores. Paralelamente, as instituições oficiais de crédito precisam ampliar sua atuação na direção de empresas de menor porte, além de apoiar associações de produtores do chamado setor informal.

A estrutura governamental, por seu lado, terá que ser reformulada para articular de forma mais eficiente essa estratégia, que envolve esferas diversas como grandes, médias e pequenas empresas, além de microempresas e trabalhadores autônomos, formalizados ou não.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora tenha sido feita referência anteriormente, vale lembrar que, com certeza, as grandes transformações em curso na economia mundial, em particular nos países mais industrializados, e seus impactos sobre os processos de trabalho e o nível de emprego, mais cedo ou mais tarde alcançarão o Brasil e o Nordeste. A consciência dessa ocorrência não pode ser devidamente considerada nos cenários e nas projeções realizadas no texto, tendo em vista, sobretudo, o fato de que, tratando-se de eventos e ocorrências recentes, ainda não se dispõem de dados e informações concretas que possibilitem uma extrapolação para os casos regional e nacional. Além do mais, os registros das mudanças no Brasil são ainda pouco representativas, para que sirvam de base para projeções e cenários futuros.

Relativamente à abertura econômica, também não é ainda possível avaliar quantitativamente seus impactos sobre os cenários de emprego. Algumas áreas dinâmicas do Nordeste, por um lado, não deverão ser afetadas negativamente, caso dos pólos agroindustriais que têm orientação expressiva para o mercado externo. As áreas mais industrializadas, por outro lado, têm chances de sofrer impactos negativos, em face da abertura às importações, principalmente no que diz respeito às possibilidades de sua integração para trás e para frente, e se a política industrial não adotar mecanismos estimuladores para que esses investimentos venham a se integrar, por exemplo, com o pólo petroquímico de Camaçari, com o setor têxtil de Fortaleza, entre outros.

Abstract: The Northeastern Region economy has shown in last decades low levels of labor force absorption, low wages and high levels of informal jobs. Employment scenarios here estimated fix in 5.8, 7.4 and 8.0 million respectively for 2000, 2010 and 2020 the level of informal jobs in Northeast. Considering a target of reducing in 50,0% the level of informal jobs, this would require the creation of 2.9, 3.7 and 4.0 million new positions until 2020. This challenge demands the mobilization of policies which expand the regional production capacity, support small production, tourism, irrigation, etc., besides restructuring the land ownership system and infrastructure.

Key Words: Regional Economy; Job Market; Gainfully-employed Population; Brazil-Northeastern Region.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CARVALHO, Otamar de. **A economia política do Nordeste**. Rio de Janeiro: Campus, 1988.
2. _____. **O impacto social da seca no Nordeste**. Fortaleza: [s.n.] 1994. Xerografado.
3. _____. Tecnologia para o semi-árido: o caso da irrigação. In: **SEMI-NÁRIO INTERNACIONAL MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA E EMPREGO**, 1989, Brasília. Anais... Brasília, 1989.
4. DABAT, Christine R; GUIMARÃES NETO, L. **Zona da Mata: emprego, relações de trabalho e condições de vida**. Recife: SEPLAN/PR /IICA, 1993.
5. DIAS, Adriano B.; PEDROSA, Ivo. Tributação, trabalho e capital: é possível privilegiar o emprego? In: **REUNIÃO ANUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA PARA O PROGRESSO DA CIÊNCIA**, 46., 1994, Vitória. Anais... Vitória: SBPC, 1994.
6. FUNDAÇÃO FIBGE. **Mapa do mercado de trabalho no Brasil**. Rio de Janeiro, 1994.
7. GUIMARÃES NETO, Leonardo. **Aspectos sociais da questão regional nas décadas de 70 e 80**. Recife: FUNDAJ, 1990. Xerografado.
8. _____. Questão regional no Brasil: reflexões sobre processos recentes, **Cadernos de Estudos Sociais**, v.6, n.1, jan./jun. 1990.
9. LIMA, J.Policarpo. Economia do Nordeste: tendências recentes das áreas dinâmicas. In: **ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA**, 20., 1993, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: ANPEC, 1993.
10. ROMÃO, Maurício. **Recentes questionamentos ao papel da SUDENE: as velhas falácias de um discurso equivocado**. Recife: PIMES, 1993. (Texto para discussão, 295)
11. SICSU, Abraham; LIMA, J. Policarpo. A pequena mineração no Nordeste: suas características e o papel do estado. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.25, n.1, p.151-66, jan./mar. 1994.
12. SOUZA, Hermínio. O impacto da irrigação sobre o desenvolvimento do semi-árido nordestino. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v.21, n. 3/4, p.481-516, jul/dez. 1990.
13. SUDENE/Divisão de Contas Regionais. **Agregados econômicos regionais: Nordeste do Brasil 1965/92**. Recife, 1994.

Recebido para publicação em 26.06.95.